



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0010173-83.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **José dos Santos Machado**
 Requerido: **Campanhia Paulista de Força e Luz Cpfl e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito levada a cabo pela segunda ré.

Alegou que isso teria sucedido por indicação da primeira ré, mas ressaltou que não possuía dívida alguma que justificasse essa negativação.

Almeja ao cancelamento da inscrição e ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que experimentou.

As duas primeiras preliminares arguidas em contestação pela ré **PREDIAL CENTER** não merecem acolhimento.

Com efeito, não há nos autos prova consistente da conexão entre a presente demanda e aquela aludida a fl. 60, não bastando o documento de fl. 71 para por si só atestar a identidade entre ambas que justificasse sua reunião.

Não se cogita, ademais, da perda de objeto da demanda porque a concessão da tutela de urgência necessitará ser confirmada ou não nesta fase, de sorte que subsiste ainda o interesse de agir.

Rejeito tais prejudiciais, pois.

Já a terceira preliminar, relativa à ilegitimidade ad causam dessa mesma ré, entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

No mérito, é incontroversa a negativação do autor realizada pela segunda ré, na esteira dos documentos de fls. 03/04.

Ela teria decorrido do consumo de energia elétrica em determinado imóvel por parte do autor sem que sucedesse o pagamento pertinente.

Enquanto o autor sustenta que não teve qualquer ligação com esses fatos, até porque nunca morou no endereço referido, a segunda ré alegou em contestação a regularidade de seu procedimento, confirmando a utilização da energia em apreço pelo mesmo.

Acrescentou inclusive que realiza seus cadastros mediante apresentação dos documentos pessoais do interessado e, como se não bastasse, chegou a emitir declaração dando conta de que a alteração da titularidade da unidade consumidora aqui versada foi solicitada “*pela Imobiliária Predial*” (fl. 20).

Assim posta a divergência, foi a segunda ré instada a amearhar a documentação pessoal do autor empregada em seus cadastros, bem como a solicitação da Imobiliária Predial para a troca da titularidade na instalação objeto da ação.

Ficou ela advertida de que em caso de silêncio tais fatos se teriam por não comprovados (fl. 87, item 2).

Essa é a conclusão que se impõe considerando que a segunda ré não atendeu à determinação que lhe foi feita (fl. 90).

O quadro delineado permite concluir que a segunda ré não juntou sequer indícios de que o autor fosse efetivamente quem usou a energia elétrica que rendeu ensejo à sua negativação, não demonstrando nem mesmo a relação de pertinência entre ele e o imóvel correspondente.

Restou clara também a falta de comprovação mínima da ligação da primeira ré com os fatos apresentados, remanescendo isolado o documento de fl. 20 mesmo depois de exarado o despacho de fl. 87, item 2.

Bem por isso, a ação há de ser julgada improcedente em relação à primeira ré, prosperando o pedido exordial relativamente à segunda ré quanto à retirada da negativação verificada e à necessidade de alteração da titularidade da unidade consumidora em pauta.

Solução diversa aplica-se ao pedido de recebimento de indenização para reparação de danos morais.

Mesmo que se admita que a indevida negativação propicie danos dessa natureza, o documento de fls. 37/38 demonstra que o autor ostenta outras que são diversas da presente e que não foram impugnadas por ele (cf. fls. 87, item 3, e 90).

Tal circunstância inviabiliza o pedido a esse título consoante pacífica jurisprudência:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

*“Agravo Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).*

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).*

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se vislumbra, portanto, que o autor tivesse sofrido danos morais passíveis de ressarcimento.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação relativamente à primeira ré (**PREDIAL CENTER CORRETORA DE VALORES IMOBILIÁRIOS LTDA.**) e **PROCEDENTE EM PARTE** a ação quanto à segunda ré (**CPFL – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**) para: a) excluir a negativação tratada nos autos (fls. 03/04); b) determinar a ela que retire o nome do autor das contas de energia elétrica relativas ao imóvel em apreço (Alameda das Azaléias, 920-M, Cidade Jardim, cidade de São Carlos ou Orlândia), transferindo-as se o desejar a quem reputar de direito, sob pena de multa diária de R\$ 50,00, até o limite de R\$ 2.000,00.

Torno definitivas as decisões de fls. 21 e 87, item 1.

Transitada em julgado, intime-se a segunda ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 04 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA